



Programa
Cátedras Brasil

Caderno 138

Sumário Executivo

**Os efeitos do FPM na contratação de servidores
comissionados no setor público municipal**

Autora
Lorena de Oliveira Fonseca

Parecerista
Ciro Fernandes

Coleção: Cátedras
■■■■■□□□□

Sumário Executivo

Apresentação/ contextualização

O poder público municipal teve sua relevância impulsionada após a promulgação da Constituição de 1988 passando a usufruir de maior autonomia administrativa, tornando-se responsável pela oferta de importantes serviços públicos e recebendo um maior volume de transferências da União. Além disso, a partir dos anos 1990, houve um crescimento acentuado do número de municípios. Em termos percentuais, Lopes e Guedes (2020) evidenciam que os vínculos públicos municipais, no total de vínculos públicos, eram de 34% em 1986. Em 2001, o percentual era de 47,1 %. Em 2003, a participação alcançou 50,5% e ultrapassou o percentual de vínculos estaduais e federais. Em 2018, esse percentual já atingia 57,3% do total de vínculos. As informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (IBGE, 2018) mostraram que 8% dos cargos públicos municipais eram ocupados sob indicação. Nos municípios com até 50.000 habitantes, que compõem quase 90% do país, esse percentual ultrapassava os 13%.

Sob o contexto acima, por meio da combinação da admissão em cargos públicos por concursos públicos e indicação para cargos comissionados que exigem relações de confiança, segundo Velarde, Lafuente e Sanginés (2014),

o funcionalismo público brasileiro continua sendo, juntamente com o chileno, um dos sistemas mais desenvolvidos da região. Entretanto, estudos recentes sobre o Brasil sugerem que, para os cargos que estão sujeitos à discricionariedade do gestor público, apoiadores e membros de partidos políticos têm uma maior probabilidade de serem indicados (Brollo; Forquesato; Gozzi, 2017; Colonnelli; Prem; Teso, 2020; Barbosa; Ferreira, 2023). Por exemplo, as evidências de Colonnelli, Prem e Teso (2020) indicam que a quantidade de apoio político substitui o critério de qualificação, e Barbosa e Ferreira (2023) mostram que a ocupação desses cargos utilizando critérios de conexões políticas resultou em efeitos negativos de longo prazo nas áreas de educação e saúde.

A presente pesquisa busca construir um panorama da empregabilidade no setor público municipal entre os anos de 2006 e 2018, considerando os tipos de cargos ocupados, educação, remuneração e gênero. Nesse sentido, espera-se elucidar aspectos relacionados à ocupação desses cargos ao longo do tempo por indivíduos com níveis educacionais variados e sobre desigualdades de gênero na ocupação de cargos públicos municipais.

Segundo Corbi, Papaioannou e Surico (2019), os recursos do FPM têm efeitos sobre os salários do funcionalismo público municipal. Dessa forma, utiliza-se dessa evidência como ponto de partida empírica para analisar o efeito da aplicação das transferências do Fundo de Participação dos Municípios, uma transferência discricionária recebida por todos os municípios, na contratação de empregados comissionados pelo poder público local. O principal objetivo é verificar se esses recursos discricionários, ao serem utilizados para remunerar empregados comissionados no poder público municipal, têm efeitos diferenciais sobre os salários dos empregados do poder público municipal considerando gênero e escolaridade.

Para a realização do estudo, utilizaram-se as informações dos vínculos empregatícios dos governos locais presentes na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e informações de finanças públicas municipais e transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) disponibilizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para os anos de 2006 a 2018. Para estimar o efeito da decisão do gestor do serviço público municipal sobre a contratação dos comissionados, considerando salário e gênero, utilizou-se o método econométrico de regressão descontínua. As transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foram empregadas como variável explicativa para a decisão de contratação de funcionários comissionados por parte do gestor público municipal e foram comparados os municípios que possuem populações semelhantes. Especificamente, comparou-se um grupo de municípios que experimentou um pequeno aumento populacional e

passou a receber um valor maior do FPM em relação ao outro grupo que manteve o valor. Evidências empíricas foram demonstradas para sustentar as premissas do modelo estatístico aplicado.

Os resultados descritivos da presente pesquisa indicaram que a composição do setor público municipal apresenta maioria feminina, tanto entre os comissionados quanto entre os estatutários. Além disso, em média, a participação de comissionados no setor público municipal é maior em municípios com população menor e, nesses municípios, os comissionados possuem menor nível de escolaridade quando comparados com os comissionados de municípios maiores. Nos municípios com até 50.760 habitantes, constatou-se que homens com ensino superior que trabalham no setor público municipal recebem salários maiores do que as mulheres com a mesma escolaridade. Essa desigualdade salarial se amplia para níveis de escolaridade mais elevados, como mestrado e doutorado, e entre homens e mulheres que ocupam cargos comissionados.

Constatou-se que o FPM apresenta relevância sobre os gastos com a administração pública municipal, o que está em consonância com a literatura sobre o tema. Os resultados evidenciaram que os recursos do FPM impactam positivamente os salários dos cargos comissionados nos municípios com até 50.760 habitantes, onde o FPM tem maior relevância em termos de participação na receita. Curiosamente, o efeito das transferências do FPM na remuneração de funcionários comissionados é mais relevante entre homens com ensino superior, apontando uma diferenciação de gênero significativa, com os salários dos homens comissionados sendo mais beneficiados por essas transferências.